



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Gestão
Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

PROJETO BÁSICO

1. OBJETIVO

O presente Projeto Básico tem por objetivo a contratação de empresa especializada de engenharia para a elaboração de projeto executivo e execução da obra de reforma parcial do prédio sede da PGE, a ser realizada pela Procuradoria Geral do Estado, em conformidade com a legislação vigente.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela se justifica pela necessidade de atender as adequações de layout da PGE para suprir as demandas de ajustamento de estruturas laborais, destacando-se a necessidade de reestruturação do 1º e 2º andares do prédio da PGE proveniente da transferência da biblioteca e demais setores do CEJUR para o prédio reformado do antigo Convento do Carmo, assim como as adequações de instalações elétricas derivadas do projeto elétrico contratado.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada de engenharia para a elaboração de projeto executivo e execução da obra de reforma parcial do prédio sede da PGE, com fornecimento de todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários.

3.1 Descrição dos Serviços:

3.1.1 Serviços de Escritório / Projetos

3.1.1.1 Elaboração de Projeto Executivo de Instalações de Incêndio.

3.1.1.2 Elaboração de Projeto Executivo de Instalações de Esgoto.

3.1.1.3 Elaboração de Projeto Executivo de Instalações Hidráulicas.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

3.1.1.4 Elaboração de Projeto Executivo de Instalações de Lógica.

3.1.1.5 Elaboração de Projeto Executivo de Ar Condicionado.

3.1.1.6 Elaboração de *As Built* de Arquitetura e instalações gerais.

3.1.1.7 Relatório final de obras ou serviços de engenharia, registro fotográfico dos serviços, acompanhado de legendas e indicação da localização, informações contratuais, planilha orçamentária e descrição do escopo dos serviços realizados, conforme recomendações e especificações do órgão contratante.

3.1.1.8 Locação de obra com aparelho topográfico sobre cerca de marcação, inclusive construção desta e sua pré-locação e o fornecimento do material e tendo por medição o perímetro a construir (15º pavimento / Terraço).

3.1.2 Demolições e Serviços Complementares

3.1.2.1 Demolição parcial da laje do terraço, para instalação de plataforma elevatória.

3.1.2.2 Demolição parcial de tablado existente, para instalação de plataforma elevatória (14º andar: auditório).

3.1.2.3 Demolição parcial do piso elevado gradeado existente (15º andar: circulação).

3.1.2.4 Demolição de paredes de alvenaria conforme indicação em projeto (15º pavimento).

3.1.2.5 Demolição de paredes Drywall conforme indicação em projeto (2º andar).

3.1.2.6 Demolição de revestimento (reboco) de paredes (15º pavimento: sanitários).

3.1.2.7 Demolição de revestimento cerâmico de paredes (15º pavimento: sala de manutenção predial).



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- 3.1.2.8** Demolição de forro de gesso (15º pavimento: sala de manutenção predial).
- 3.1.2.9** Retirada de portas e janelas existentes, inclusive guarnições (15º pavimento).
- 3.1.2.10** Remoção de cobertura de policarbonato (Térreo: circulação interna).
- 3.1.2.11** Demolição de piso cerâmico ou de porcelanato (Térreo: recepção; 15º andar: sala de manutenção predial).
- 3.1.2.12** Demolição de soleiras de granito (15º andar).
- 3.1.2.13** Remoção de divisórias de madeira (15º andar: sanitários).
- 3.1.2.14** Arrancamento de louças e aparelhos hidrossanitários (15º andar: sala de manutenção predial).
- 3.1.2.15** Retirada de aparelhos de iluminação, inclusive lâmpadas (15º andar: sala de manutenção predial e sanitários).
- 3.1.2.16** Percussão de fachada, com a demolição parcial do revestimento existente.
- 3.1.2.17** Enchimento com bloco de concreto celular para elevação do piso (15º andar: plataforma elevatória; térreo: garagem).
- 3.1.2.18** Instalação de paredes divisórias para proteção e isolamento da obra.
- 3.1.2.19** Instalação de andaimes suspensos.
- 3.1.2.20** Aluguel de container (módulo metálico içável) para escritório, medindo aproximadamente 2,20m de largura, 6,20m de comprimento e 2,50m de altura, composto de chapas de aço com nervuras trapezoidais, isolamento termo-acústico no forro, chassi reforçado e piso em compensado naval, incluindo instalações elétricas.
- 3.1.2.21** Carga, descarga e transporte de materiais.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

3.1.2.22 Ensacamento, transporte e destinação final dos escombros.

3.1.2.23 Limpeza geral da obra.

3.1.2.24 Instalação de placa de responsabilidade técnica e identificação da obra.

3.1.3 Estruturas

3.1.3.1 Reforço estrutural para instalação de plataforma elevatória (15º andar / Terraço).

3.1.4 Coberturas

3.1.4.1 Fornecimento e instalação de cobertura com telhas metálicas (Térreo: circulação interna; Terraço: bancada de apoio).

3.1.5 Impermeabilizações

3.1.5.1 Impermeabilização de banheiros (15º andar: sanitários).

3.1.5.2 Impermeabilização de lajes descobertas (15º andar).

3.1.5.3 Calafetação total das esquadrias da fachada.

3.1.6 Alvenarias e Divisórias

3.1.6.1 Fornecimento e instalação de parede de Drywall com espessura de 95mm, estruturada com montantes simples autoportantes de 70mm, fixados a guias horizontais de 70mm, ambos de aço galvanizado com espessura de 0,5mm, com duas chapas de gesso acartonado tipo ST (standard), espessura de 12,5mm, largura de 1200mm, borda rebaixada, fixada aos montantes por meio de parafusos, com tratamento de juntas com massa e fita para uniformização da superfície das chapas de gesso acartonado, com adição de lã mineral (1º andar: sala de vigilância e monitoramento).



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

3.1.6.2 Execução de parede de alvenaria de tijolos cerâmicos furados 10x20x20cm, assentes com argamassa de cimento e saibro, no traço 1:8, em paredes de meia vez (0,10m) (15º andar: sala de manutenção predial, sanitários).

3.1.6.3 Fornecimento e instalação de divisórias sanitárias (15º pavimento: sanitários).

3.1.7 Revestimentos

3.1.7.1 Pisos e Rodapés

3.1.7.1.1 Fornecimento e assentamento de piso porcelanato 90x90cm (Térreo; 15º pavimento).

3.1.7.1.2 Fornecimento e colocação de piso vinílico em placas, com medidas em torno de 50 x 50cm, autoportante, com 5mm de espessura, para alto tráfego, assentes sobre piso elevado, inclusive cola e argamassa (REF.: piso autoportante hercules square 5.0mm - 50x50cm - cor: 203 – station OU SIMILAR) (1º andar: ASI; 2º andar; térreo: sala de atendimento médico).

3.1.7.1.3 Fornecimento e colocação de piso vinílico em placas, com medidas em torno de 60 x 60cm, mineral, com 3mm de espessura, para alto tráfego, assentes sobre base existente, inclusive cola e argamassa, (REF.: piso LVT mineral 3.0mm - 60x60cm - cor: 101 – grey OU SIMILAR).

3.1.7.1.4 Fornecimento e assentamento de soleira de granito preto de 3x10cm com 2 polimentos, assente em superfície em osso, com nata de cimento sobre argamassa de cimento, areia e saibro, no traço 1:2:2 e rejuntamento de cimento branco e corante (Térreo: PG5).

3.1.7.1.5 Fornecimento e assentamento de soleira de granito branco de 3x15cm com 2 polimentos, assente em superfície em osso, com nata de cimento sobre argamassa de



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

cimento, areia e saibro, no traço 1:2:2 e rejuntamento de cimento branco e corante (15º andar: sanitários).

3.1.7.1.6 Polimento do revestimento de granito existente (piso e rodapé - Térreo).

3.1.7.1.7 Complementação do piso do tablado existente (14º andar: auditório).

3.1.7.1.8 Complementação do piso elevado gradeado existente (15º andar: circulação).

3.1.7.1.9 Instalação de piso tátil de borracha, direcional e alerta, 25x25cm, para pessoas com necessidades específicas (Térreo; 15º pavimento).

3.1.7.2 Paredes

3.1.7.2.1 Massa única ou emboço paulista com argamassa de cimento, cal, saibro macio e areia fina, no traço 1:4:4:4, espessura de 2cm acabamento camurçado, aplicado sobre superfície chapiscada com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, espessura de 9mm; pintura com tinta látex fosco aveludada em revestimento liso, interior, acabamento padrão, em duas demãos sobre a superfície preparada, nas paredes de alvenaria e drywall internas (térreo: sala de atendimento médico; 1º andar: ASI; 15º andar: sala de manutenção predial).

3.1.7.2.2 Revestimento de paredes com cerâmica branca bold esmaltada aprox. 30x60 cm, assente com massa única ou emboço paulista com argamassa de cimento, cal, saibro macio e areia fina, no traço 1:4:4:4, espessura de 2cm acabamento camurçado, aplicado sobre superfície chapiscada com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, espessura de 9mm. Local: paredes dos sanitários.

3.1.7.2.3 Revestimento com pastilhas de vidro de 2x2cm cor verde, na tonalidade a ser aprovada pela PGE assente com massa única ou emboço paulista com argamassa de cimento, cal, saibro macio e areia fina, no traço 1:4:4:4, espessura de 2cm acabamento



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

camurçado, aplicado sobre superfície chapiscada com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, espessura de 9mm (15º andar: sanitários).

3.1.7.2.4 Recomposição do revestimento pastilhado existente (15º andar: hall de elevadores).

3.1.7.3 Forros

3.1.7.3.1 Fornecimento e instalação de forro falso de gesso, com placas pré-moldadas, de (60x60) cm, de encaixe, presas com 4 tirantes de arame e rejuntadas (2º andar; 15º andar).

3.1.7.3.2 Fornecimento e instalação de forro removível composto de fibra mineral, com placa de borda quadrada de 625x625mm, espessura de 19,0mm, com índice de absorção acústica, estruturado em perfis tipo “T” de aço galvanizado, alumínio ou de ligas de alumínio, espessura mínima de 0,5mm, com pintura eletrostática, suspenso por meio de pendurais em aço galvanizado, fixados em estrutura superior (térreo: sala de atendimento médico; 2º andar; 15º andar).

3.1.7.3.3 Remanejamento de forro removível existente (incluindo aparelhos de iluminação e detectores), com complementação de peças (1º andar; 2º andar; 11º andar; 12º andar).

3.1.7.4 Fachadas

3.1.7.4.1 Revestimento externo em massa única com argamassa de cimento e areia termotratado com espessura de 3cm, sobre chapisco com argamassa de cimento e areia no traço 1:2, espessura 9mm (parcial).

3.1.7.4.2 Repintura total da fachada com textura acrílica, cores similares às existentes, inclusive recomposição de frisos em poliestireno com revestimento de poliéster e resina com base cimentícia.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

3.1.8 Esquadrias e Ferragens

3.1.8.1 Fornecimento e instalação de portas em chapas duras de fibra de madeira prensada nas duas faces, contendo miolo maciço de madeira aglomerada e requadro em madeira natural lisa com 01 folha de 80x210cm, completa, pintadas com esmalte sintético acetinado a duas demãos sobre superfície preparada com lixamento, limpeza, uma demão de verniz isolante incolor, duas demãos de massa para madeira, lixamento e remoção de pó, e uma demão de fundo sintético nivelador (15º andar: sala de manutenção predial, sanitários).

3.1.8.2 Fornecimento e instalação de porta em chapas duras de fibra de madeira prensada nas duas faces, contendo miolo maciço de madeira aglomerada e requadro em madeira natural lisa com 01 folha de 90x210cm, completa, pintada com esmalte sintético acetinado a duas demãos sobre superfície preparada com lixamento, limpeza, uma demão de verniz isolante incolor, duas demãos de massa para madeira, lixamento e remoção de pó, e uma demão de fundo sintético nivelador (térreo: sala de atendimento médico).

3.1.8.3 Fornecimento e instalação de porta de abrir em vidro temperado incolor 10mm 90x210cm (térreo: circulação).

3.1.8.4 Fornecimento e instalação de corrimão e guarda-corpo em tubo de aço inoxidável (15º andar: rampa).

3.1.8.5 Fornecimento e instalação de balcão de atendimento em madeira de lei (11º andar: GRH).

3.1.8.6 Fornecimento e instalação de Instalação espelhos de cristal de 4mm de espessura, fixados na parede (15º andar: sanitários).

3.1.8.7 Fornecimento e instalação de básculas em alumínio e vidro (15º andar: sanitários).



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

3.1.8.8 Substituição parcial dos vidros das esquadrias da fachada.

3.1.8.9 Fornecimento e instalação de barras antipânico, cegas no lado oposto e de acionamento radial tipo push, para portas duplas (2 folhas), confeccionadas em liga de metais, certificadas conforme ABNT NBR 11785 (hall de serviço dos andares).

3.1.8.10 Fornecimento e colocação de gradil metálico h=250cm, com portões no mesmo material, executado em painel de aço galvanizado, soldado (gramatura mínima de 40g/m²), malha retangular de (200 x 50)mm e fio de aço com diâmetro mínimo de 4,3mm, fixados permanentemente em montante de aço galvanizado de (60 x 40)mm (gramatura mínima de 275g/m²), resistente a ambientes agressivos, sendo os montantes aparafusados, com pintura naval, de 300 micras (painel e montante), na cor verde (térreo: garagem).

3.1.8.11 Fornecimento e colocação de gradil metálico h=220cm, com portões no mesmo material, executado em painel de aço galvanizado, soldado (gramatura mínima de 40g/m²), malha retangular de (200 x 50)mm e fio de aço com diâmetro mínimo de 4,3mm, fixados permanentemente em montante de aço galvanizado de (60 x 40)mm (gramatura mínima de 275g/m²), resistente a ambientes agressivos, sendo os montantes aparafusados, com pintura naval, de 300 micras (painel e montante), na cor branca (15º andar: circulação).

3.1.9 Equipamentos Hidrossanitários, Elétricos e Mecânicos

3.1.9.1 Fornecimento e instalação de plataforma elevatória com fechamento em vidro e metal para desnível de até 4 metros (15º andar).

3.1.9.2 Fornecimento e instalação de plataforma elevatória para desnível de até 2 metros (14º andar: acessibilidade ao palco do auditório).

3.1.9.3 Fornecimento e instalação de vaso sanitário individual, em pavimento elevado para pessoas com necessidades específicas, inclusive assento especial, bolsa de ligação e acessórios de fixação, tubulação e conexões, válvula de descarga externa,



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

acionamento por alavanca, com regulação de tempo de descarga e vazão, bitola de 1.1/4", para pressão de serviço entre 2 a 40mca, com caixa de descarga de plástico, de embutir, com espelho cromado (15º andar: sanitário PCD).

3.1.9.4 Fornecimento e instalação de vaso sanitário de louça branca, tipo médio luxo, com caixa acoplada, inclusive rabicho cromado de 40cm, com saída de 1/2", bolsa de ligação, compreendendo tubulação e conexões (15º andar: sanitários).

3.1.9.5 Fornecimento e instalação de ralo sifonado de PVC rígido em pavimento elevado, com saída de 75mm, grelha redonda e porta-grelha, compreendendo tubulação, conexões e sua ligação ao ramal de queda e ventilação (15º andar: sanitários).

3.1.9.6 Fornecimento e instalação de barras de apoio para pessoas com necessidades especiais: tubular, em aço inoxidável, para lavatório de centro, medindo 63 x 51cm e em tubo de 1.1/4" de aço inoxidável, AISI-304, liga 18.8, com 80cm (15º andar: sanitário PCD).

3.1.9.7 Fornecimento e instalação de mictórios de louça branca com sifão integrado e medidas em torno de 33x28x53cm, inclusive ferragens e tubulação (15º andar: sanitários).

3.1.9.8 Instalação de duchinha manual, com registro de pressão 1/2", mangueira cromada e suporte (15º andar: sanitários).

3.1.9.9 Instalação de bancada de granito preto com espessura de 3cm, com borda para bancada molhada em granito preto, frontispício em granito preto esp.: 2cm e h=10cm, e cuba de aço inoxidável em chapa 20.304, válvula de escoamento tipo americana 1623, sifão 1680 1.1/2" x 1.1/2" e torneira para pia, com arejador, tubo móvel, tipo banca, 1167 de 1/2" x 17cm aproximadamente, em metal cromado (Terraço: bancada de apoio).

3.1.9.10 Instalação de bancadas de granito branco com 3cm de espessura com cubas de louça branca embutidas, sem ladrão, ferragens em metal cromado: sifão 1680 1" x



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

1.1/4", torneira de pressão 1193 de 1/2" e válvula de escoamento 1600, rabicho em PVC; frontispício de granito branco com espessura de 2cm e altura de 10cm (15º andar: sanitários).

3.1.9.11 Fornecimento e instalação de lavatório de louça branca, com coluna suspensa, para pessoas com necessidades específicas, com medidas em torno de 45,5 x 35,5cm, inclusive sifão em PVC flexível, válvula de escoamento cromada, rabicho em PVC e torneira de fechamento automático PN (15º andar: sanitário PCD).

3.1.9.12 Fornecimento e instalação de caixa de gordura (Terraço: bancada de apoio).

3.1.9.13 Fornecimento e instalação de luminárias de embutir em forros de gesso ou minerais, inclusive lâmpadas (Subsolo; 1º pavimento: ASI; 2º pavimento; 15º pavimento), seguindo a especificação abaixo:

Luminária quadrada de embutir com 3x lâmpadas tuboled de 9W (OFFICE EVO 2X12 S2 E BRANCO TXT F. MOD. MP42W 30K IRC80 ON-OFF 220V - Lumini).

Luminária quadrada de embutir com 2x lâmpadas Led compactas de 9W (Ref.: DOWNLED MD R SUPER WIDE E MP10,5W 30K IRC80 R. BCO ON-OFF BIVOLT - Lumini).

Luminária retangular de embutir com 1x lâmpada tuboled de 18W (Ref.: MINI LINEA DIFFUSE 120 AA E BRANCO TXT F. GESSO LP35W 30K IRC90 ON-OFF BV - Lumini).

Luminária retangular de embutir com 2x lâmpadas tuboled de 18W (Ref.: MINI LINEA EVO 120 C BRANCO TXT MP32W 30K IRC90 ON-OFF 220V - FIXACAO LAJE).

Luminária retangular de sobrepor com 2x lâmpadas tuboled de 9W (Ref.: MINI LINEA EVO 120 C BRANCO TXT MP32W 30K IRC90 ON-OFF 220V - FIXACAO LAJE - Lumini).



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

Luminária circular de embutir com 1x lâmpada Led 9W (Spot) (Ref.: FOCUS SM R - DL SERIE 2 E BRANCO TXT MP10,5W 30K IRC80 ON-OFF BIVOLT - Lumini).

3.1.9.14 Fornecimento e instalação de luminárias para área externa, inclusive lâmpadas (Terraço).

3.1.9.15 Instalação de pontos de luz e interruptores de embutir com placa fosforescente (1º andar; 2º andar; 11º andar; 12º andar, 15º andar; Terraço).

3.1.9.16 Sistema de rede elétrica modular com cabos blindados, conectores de engate rápido e caixas elétricas com 04 tomadas. Energia de Qualidade e Energia Comum.

3.1.9.17 Instalação de pontos de telefone e rede de lógica.

3.1.9.18 Fornecimento e instalação de quadros de distribuição e disjuntores.

3.2 Quantitativos e unidades

As unidades e respectivos quantitativos constam das Planilhas Orçamentárias anexas.

Havendo divergências entre a descrição/especificação constante do sistema eletrônico de contratações (SIGA) e àquela prevista no Projeto Básico, devem prevalecer as informações constantes neste Projeto Básico.

3.3 Definição da natureza do serviço

O serviço a ser contratado caracteriza-se como serviço por escopo.

3.4 Normas pertinentes

O serviço deve atender a todas as normas de Engenharia Civil reguladas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) vigentes à época da execução. Algumas normas são dignas de nota com o objetivo de assegurar a segurança e qualidade da execução, tais como:

- NR1 - Disposições Gerais;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- NR4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- NR6 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR7 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- NR9 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR10 - Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR12 - Máquinas e Equipamentos;
- NR18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR28 - Fiscalização e Penalidades;
- NR35 – Trabalho em Altura;
- ABNT – NBR 10152 – Acústica.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO

4.1 Prazos

4.1.1 Prazo de Execução

4.1.1.1 O prazo de execução da obra é de 06 (seis) meses, contado da expedição do Memorando de Início de Serviços a ser emitido pela Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras.

4.1.1.2 O prazo de execução admite prorrogação a critério da Contratante, mantidas as demais obrigações previstas no Edital. Eventual pedido de prorrogação, sujeita a análise prévia da fiscalização, deverá ser encaminhado à Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras da PGE,



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

localizada na Rua do Carmo 27, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ, telefone (21) 2332-0881, e-mails: canicalid@pge.rj.gov.br, coelho@pge.rj.gov.br ou patriciafrade@pge.rj.gov.br,

4.1.2 Prazo de vigência do Contrato

4.1.2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 09 (nove) meses, contado da data de Assinatura do Contrato.

4.1.2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, na forma do artigo 111 da Lei Federal 14.133/21;

4.1.2.3 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.2 Local e horário de execução:

4.2.1 Os serviços objeto da presente contratação, incluindo o fornecimento dos materiais correspondentes, deverão ser executados na sede da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua do Carmo, nº 27, Centro, Rio de Janeiro - RJ, sendo necessário o agendamento prévio junto à Fiscalização para definição dos dias e horários para realização dos serviços, incluindo a previsão de execução de 2ª a 6ª feira no horário noturno, sábados e domingos.

4.2.2 Deverá ser informado o veículo, placa e condutor que fará a entrega de material, assim como identificação das pessoas que irão trabalhar na execução da obra. O agendamento poderá ser feito diretamente com a Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras da PGE-RJ pelos e-mails: canicalid@pge.rj.gov.br, coelho@pge.rj.gov.br ou patriciafrade@pge.rj.gov.br.

4.2.3 O horário de entrega é de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 16h, salvo acordo mútuo entre Contratada e Contratante.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

4.3 Qualidade esperada:

4.3.1 O serviço deverá ser executado em conformidade com as características e padrões de qualidade estabelecidos no item 3 do presente Projeto Básico, no Projeto de Arquitetura e projetos complementares, bem como nas normas específicas de Arquitetura e Engenharia pertinentes.

4.4 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado:

4.4.1 O Termo de Recebimento Provisório será emitido pela Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras da PGE no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos a contar da data de entrega do objeto e nos termos do art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/21, após a constatação de que o objeto atendeu as especificações da contratação;

4.4.2 Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo;

4.4.3 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade;

4.4.4 O recebimento definitivo do objeto será emitido pela Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras da PGE, nos termos do art. 140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, após a emissão do termo de aceitação provisória, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Projeto Básico;

4.4.5 O aceite/aprovação do serviço pela PGE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Projeto Básico.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

4.4.6 Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

4.5 Critérios de medição e de pagamento:

4.5.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com a medição que ocorrerá a cada 30 (trinta) dias, do quantitativo efetivamente executado, sendo o pagamento efetuado por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (atualmente Banco Bradesco S/A), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato ou de outro instrumento equivalente;

4.5.2 No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

4.5.3 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste Projeto Básico, bem ainda no artigo 140, I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

4.5.4 O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Fiscalização da PGERJ, situada na Rua do Carmo, nº 27 – 12º andar – Centro, na cidade do Rio de



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Gestão
Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou para os endereços eletrônicos canicalid@pge.rj.gov.br, coelho@pge.rj.gov.br ou patriciafrade@pge.rj.gov.br.

4.5.5 Uma vez recebidos os documentos mencionados no item 4.5.4, a PGERJ deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.5.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

4.5.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.5.5.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

4.5.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Gestão
Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

4.5.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

4.5.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

4.5.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.5.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.5.7.2 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, especialmente em atenção ao disposto no Decreto Estadual nº 48.692 de 14 de setembro de 2023 e suas posteriores alterações, bem ainda em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.

4.5.7.3 A retenção do Imposto de Renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observados os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

4.5.7.4 Caso o CONTRATADO se enquadre em hipótese de dispensa de retenção do Imposto de Renda, nos termos da legislação vigente, deverá apresentar declaração sobre esta condição.

4.5.7.4.1 Deixando de se enquadrar em hipótese de não retenção do Imposto de Renda em razão de causa superveniente à contratação, o CONTRATADO deverá passar a emitir as notas fiscais/faturas em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 48.692 de 14 de setembro de 2023 e suas posteriores alterações e com as regras de retenção dispostas na IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas posteriores alterações.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

4.5.7.5 Os documentos de cobrança emitidos em desacordo com o Decreto Estadual nº 48.692 de 14 de setembro de 2023 e suas posteriores alterações não serão aceitos para fins de liquidação da despesa.

4.5.8 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

4.5.9 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

4.5.10 O CONTRATADO deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

4.5.10.1 Caso o CONTRATADO não esteja aplicando o regime de cotas na forma da Lei estadual nº 7.258, de 12 de abril de 2016, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do Contrato.

4.5.11 Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

5. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024.
Unidade Orçamentária (UO): 09.6100
Programa de Trabalho (PT): 09610.1.03.122.0434.1046 – Ampliação e modernização da infraestrutura
Fonte de Recursos (FR): 1.753.232/1.501.230
Natureza da Despesa (ND): 4.4.90.51.01 - Estudos e Projetos (Serviços de Escritório / Projetos - item 3.1) 4.4.90.51.05 - Ampliação, Reconstrução, Restauração e Modificação (demais serviços)

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Condições de prestação da garantia contratual

6.1.1 O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

6.1.2 O CONTRATADO poderá optar pelas seguintes modalidades de garantia:

- a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Gestão
Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- b)** seguro-garantia; e
- c)** fiança bancária

6.1.3 Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo CONTRATADO, a garantia assegurará o pagamento de:

- a)** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações neste previstas;
- b)** multas moratórias, compensatórias e administrativas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e
- c)** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

6.1.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do Contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência.

6.1.5 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.1.6 Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, em que deverá ser observado o prazo do item 6.1.8, o CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia, na forma do item 6.1.3.

6.1.7 Caso oferecida a modalidade de seguro-garantia, sua apresentação deve ocorrer no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, e observar-se-ão as seguintes condições:

- a)** a apólice permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- b) a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 6.1.6; e
- d) a apólice somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 6.1.4, observada a legislação que rege a matéria.

6.1.8 Em caso de oferecimento de títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.1.9 Caso a opção seja por fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.1.10 Caso a opção seja por garantia em dinheiro, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta indicada oportunamente, cujo valor será corrigido monetariamente e restituído ao CONTRATADO.

6.1.11 O CONTRATADO obriga-se a fazer a reposição, a suplementação ou a renovação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado, no caso desta ser executada, total ou parcialmente, ou o Contrato for prorrogado ou tiver o seu valor alterado, assim como em qualquer outra situação que exija a manutenção da condição disposta no item 6.1.1.

6.1.12 A inobservância do prazo fixado para apresentação, reposição, suplementação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa e/ou outras penalidades, na forma disposta no contrato.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.1.12.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, com a aplicação das sanções cabíveis.

6.1.13 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.1.14 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.1.15 O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.1.15.1 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

6.1.16 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.1.17 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança, título da dívida pública ou autorização para a liberação da caução em dinheiro, atualizada monetariamente, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.1.17.1 A garantia somente será liberada ou restituída, após a fiel execução do Contrato ou pela sua extinção, por culpa exclusiva da Administração, ou quando assim convencionado, em se tratando de extinção consensual da contratação.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.2 Indicação de marcas ou modelos ou vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

6.2.1 Conforme Art. 41 inciso I da Lei nº 14.133 de 2021, em decorrência da necessidade de padronização do objeto, bem como da necessidade de manutenção da compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração, é admitida à CONTRATANTE a indicação das marcas, características e modelos especificados nos itens 18.12 a 18.17 e 15.35 a 15.39 da Planilha Orçamentária anexa, respectivamente para os itens de iluminação e rede elétrica para piso elevado existente, necessários à execução do objeto da contratação.

6.3 Modelo de gestão do contrato

6.3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3.3 As comunicações entre O CONTRATANTE e O CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.4 O CONTRATANTE poderá convocar representante do CONTRATADO para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3.6 Preposto

6.3.6.1 O CONTRATADO designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.3.6.2 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.3.7 Da Fiscalização: Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo CONTRATANTE, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais e administrativas, em todos os seus aspectos.

6.3.7.1 A Fiscalização será exercida pela Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras – GAPO/PGE-RJ.

6.3.7.2 O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

6.3.7.3 O CONTRATANTE manterá, desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma Comissão de Fiscalização formalmente designada para acompanhamento e controle dos trabalhos.

6.3.7.4 A CONTRATADA deverá sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes, acatando suas exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços contratados.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.3.7.5 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela FISCALIZAÇÃO serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

6.3.7.6 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir o CONTRATADO da responsabilidade pela execução dos serviços.

6.3.7.7 A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a)** verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas neste Projeto Básico, devendo solicitar ao preposto do CONTRATADO a correção de imperfeições detectadas;
- b)** efetuar o Registro de Ocorrências no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação, que deverá ser cumulativo para todo o período de execução do contrato e deverá ser utilizado pelo fiscal durante toda sua atuação, contendo todos os procedimentos realizados para assegurar a execução regular do objeto;
- c)** anotar no Registro de Ocorrências as inspeções periódicas, as faltas verificadas, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pelo CONTRATADO;
- d)** dar ciência ao gestor do contrato de todas as ocorrências relevantes para que proceda à juntada no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização;
- e)** certificar-se de que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- f)** esclarecer as dúvidas do preposto da contratada que estiverem sob sua alçada, encaminhando, às áreas competentes, os fatos que extrapolam sua competência;
- g)** antecipar-se a solucionar problemas que possam afetar a relação contratual;
- h)** apresentar, tempestivamente, relatórios de fiscalização apontando ocorrências que possam afetar a execução do contrato, para adoção das medidas cabíveis;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- i)** procurar auxílio junto às áreas competentes, no caso de dúvidas técnicas ou administrativas, quanto à execução do objeto;
- j)** averiguar se é o CONTRATADO quem executa o contrato, bem como que inexistência ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas;
- k)** comunicar ao gestor por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, qualquer falta cometida pelo CONTRATADO;
- l)** dar ciência ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, apresentando, na mesma oportunidade, relatório contendo avaliação da conduta do CONTRATADO, se culposa ou não, das justificativas apresentadas, assim como das consequências ao objetivo da contratação e repercussão destas na Administração;
- m)** receber e conferir a nota fiscal emitida pelo CONTRATADO, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;
- n)** cumprir, caso se aplique, com os procedimentos previstos para o recebimento provisório, conforme estabelecido no modelo de gestão previsto;
- o)** comunicar ao gestor, através de relatório confeccionado no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação, acerca do descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO, acima relacionadas, para adoção das providências cabíveis, com vistas à aplicação de sanções;
- p)** fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho, na forma do art. 116 da Lei 14.133, de 2021;
- q)** apresentar relatório, ao término do contrato ou quando solicitado em qualquer período, ao gestor do contrato para as providências do art. 23 do Decreto nº 48.817/2023, de acordo com a orientação cabível, ou quando solicitado em qualquer período do contrato, pronunciando-se pela execução do seu objeto;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- r)** verificar se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta (ou amostra, quando cabível) e especificado pela Administração, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega;
- s)** verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, mediante parecer circunstanciado assinado pelas partes contratantes, contendo as ocorrências e métricas de medição do período apurado;
- t)** recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas neste Projeto Básico, na proposta da contratada ou no instrumento de contrato e seus anexos; bem como, se pertinente, fixar um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do CONTRATADO;
- u)** constatar se a execução do objeto contratado está sendo prestada no local estipulado no contrato, com a correta utilização dos materiais e equipamentos;
- v)** receber reclamações relacionadas à qualidade do material entregue ou de serviços prestados, assim como elaborar ou solicitar instrumentos para o recebimento destas, agrupando-as de forma a permitir análise sobre as causas das reclamações;
- w)** verificar o cumprimento, por parte do CONTRATADO, das normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente no que se refere à utilização por seus empregados dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, bem como do dever de comunicar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas à contratante, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- x)** assegurar-se de que o CONTRATADO mantém um responsável técnico acompanhando as obras e serviços, quando assim determinar o contrato;
- y)** exigir, por intermédio do preposto do CONTRATADO, a utilização de crachá e de uniforme, quando houver previsão contratual, por seus contratados e conduta compatível com o serviço público, pautado pela ética e urbanidade no atendimento;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

z) comunicar, por escrito, ao CONTRATADO os danos porventura causados por seus empregados, requerendo as providências reparadoras;

aa) comunicar, justificadamente, ao preposto do CONTRATADO e ao gestor do contrato a imediata substituição de empregado que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área da instituição for inconveniente, registrando a ocorrência no processo administrativo de gestão e fiscalização da contratação;

bb) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no Edital, no Projeto Básico ou no Contrato;

cc) comunicar imediatamente ao CONTRATADO quando a execução dos serviços for prejudicada pela falta de insumos previstos para a execução do contrato e realizar o registro da ocorrência no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação Processo administrativo de gestão e fiscalização da contratação;

dd) comunicar ao gestor de contratos, mediante provocação justificada do requisitante/demandante, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência da execução contratual;

ee) verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, e comunicar ao gestor do contrato para que este promova as medidas necessárias à adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

ff) verificar se o CONTRATADO está cumprindo todas as normas técnicas previstas neste Projeto Básico;

gg) apresentar sugestão fundamentada pela aplicação de glosas sobre parcelas não executadas do serviço que tenham sido indevidamente previstas na fatura ou nota fiscal pelo CONTRATADO.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.3.8 Da Gestão: À gestão do Contrato compete realizar o preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem a celebração do contrato, execução do seu objeto e gestão durante sua vigência, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais.

6.3.8.1 Cabe ao gestor do contrato, dentre outras, as seguintes atividades:

a) instruir Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação em sistema informatizado do Poder Executivo estadual, com, no mínimo, os instrumentos de fiscalização discriminados nos incisos II, III, IV, VIII, IX, X e XI do art. 19 do Decreto nº 48.817/2023, a publicação do Ato de Designação e o Termo de Ciência, constante no caput e § 1º do Art. 7º do referido Decreto.

b) acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e encaminhamento da via ao Tribunal de Contas do Estado, quando for o caso;

c) manter controle individualizado de cada contrato em processo administrativo de gestão e fiscalização do contrato, o qual deverá estar relacionado ao processo principal no sistema informatizado do Poder Executivo Estadual;

d) manter informação acerca de eventuais processos administrativos formados, tais como número e assunto, que sejam vinculados ao processo de contratação;

e) instruir o processo da contratação com os documentos necessários às alterações contratuais e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão, acompanhado de cópia dos atos essenciais e decisórios do processo administrativo de gestão e fiscalização;

f) prover o fiscal do contrato das informações necessárias ao exercício das atividades de fiscalização;

g) verificar se o CONTRATADO está cumprindo todas as obrigações previstas, neste Projeto Básico, no edital de licitação ou no instrumento de contrato e seus anexos, especialmente a



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, excetuando-se da verificação aquelas relacionadas à execução do objeto, que serão de responsabilidade dos fiscais da contratação;

h) acompanhar o correto cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato, bem como adotar as providências cabíveis nos casos de inadimplemento de tais obrigações por parte do CONTRATADO, em especial a retenção parcial das notas fiscais ou faturas com apoio dos setores competentes, para a verificação dos cálculos apresentados;

i) determinar ações complementares às dos fiscais do contrato, quando verificada a insuficiência ou inadequação dos procedimentos por eles empregados, com vistas ao acompanhamento eficiente da execução do objeto;

j) promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor, bem como nos casos de necessidade de complementação;

k) propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor do CONTRATADO nos prazos regulamentares;

l) documentar nos autos todos os fatos dignos de interesse administrativo;

m) registrar as informações e incluir documentos necessários nos sistemas informatizados utilizados pelo Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e mantê-los atualizados;

n) instruir o processo com informações, dados, requerimento e manifestação do CONTRATADO, pertinentes à alteração de valores do contrato, em razão de reequilíbrio econômico-financeiro, ou alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, com posterior análise fundamentada e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

o) instruir o processo para consulta junto aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, quando necessário dirimir dúvidas ou obter subsídios com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

p) controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias corridos demonstrando a vantajosidade para a autoridade competente de prorrogação ou, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório;

q) encaminhar o requerimento do CONTRATADO de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com relatório contendo opinião conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pelo CONTRATADO, bem como se a necessidade de prorrogação decorreu de culpa do CONTRATADO, da Administração Pública ou de situações alheias a quaisquer das partes, se for o caso;

r) encaminhar o procedimento à Assessoria Jurídica com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias do fim da vigência do respectivo contrato, instruindo o processo com toda a documentação necessária, inclusive o Checklist de Prorrogação e manifestação conclusiva do gestor e fiscais acerca da manutenção dos requisitos de habilitação pelo CONTRATADO, bem como sobre a viabilidade da prorrogação pleiteada;

s) comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos, e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto, devendo comprovar a comunicação em processo administrativo;

t) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- u)** realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;
- v)** juntar e conferir toda documentação necessária para a comprovação da manutenção dos critérios de habilitação e da liquidação da despesa, incluindo os documentos elaborados pela fiscalização e a nota fiscal atestada, por no mínimo 02 (dois) fiscais do contrato, encaminhando ao setor responsável pelo pagamento, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
- w)** elaborar ou solicitar justificativa técnica robusta, quando couber, vinculada ao atendimento da necessidade ou problema e ao objetivo contratual, demonstrando as causas e consequências com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;
- x)** analisar os casos de necessidade de acréscimos ou supressões do objeto, sob o prisma dos respectivos limites legais e encaminhar à autoridade competente para decisão;
- y)** manter controle atualizado dos pagamentos efetuados;
- z)** realizar o acompanhamento do Registro de Ocorrências elaborado pelos fiscais do contrato;
- aa)** cuidar para que qualquer alteração contratual seja promovida por termo de apostilamento ou termo aditivo, quando cabível;
- bb)** apresentar à autoridade competente, quando solicitado, relatório circunstanciado de gestão do contrato;
- cc)** notificar o CONTRATADO, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

dd) comunicar à autoridade competente toda e qualquer irregularidade cometidas pelo CONTRATADO, sejam estas relacionadas às obrigações contratuais sob sua verificação, ou mediante informação dos fiscais do contrato de descumprimento relacionado à execução do objeto e das normas de segurança do trabalho, sugerindo, quando for o caso, a abertura de procedimento para imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência;

ee) adotar as medidas necessárias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência, cabendo à autoridade competente a deflagração do respectivo procedimento, a notificação do CONTRATADO para a apresentação de defesa e consulta à Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, para posterior decisão final pela autoridade superior;

6.4 Habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro

6.4.1 Habilitação Jurídica:

6.4.1.1 Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

6.4.1.2 Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

6.4.1.3 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.4.1.4 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

6.4.1.5 Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

6.4.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

6.4.2.2 Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

6.4.2.3 Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6.4.2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

6.4.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital <OU> municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.4.2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI supre tais requisitos.

6.4.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

6.4.2.7.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

6.4.2.7.2 Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

6.4.2.8 Regularidade com a Fazenda Estadual <OU> Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:

6.4.2.8.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;

6.4.2.8.2 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

6.4.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais <OU> municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.4.2.10 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.

6.4.2.10.1 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

6.4.2.10.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

6.4.2.10.3 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

6.4.3 Habilitação Econômica – Financeira:

6.4.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples.

6.4.3.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

6.4.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6.4.3.3.1 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.4.3.3.2 Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

6.4.3.3.2.1 Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

6.4.3.3.3 Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

6.4.3.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

6.4.3.4.1 Caso seja apresentado resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.4.3.4.2 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.4.4 Habilitação Técnica:

Para fins de avaliação de qualificação técnica as interessadas na contratação deverão demonstrar a seguinte comprovação:

6.4.4.1 Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RJ), em plena validade. Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do Conselho do Rio de Janeiro, quando da assinatura do contrato.

6.4.4.2 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços, de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Projeto Básico, com clara menção da execução bem sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.4.4.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, resultando na comprovação de capacidade técnico-operacional de uma única contratação.

6.4.4.3.1 Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Gestão
Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.4.4.4 Comprovação de capacidade técnico-profissional, demonstrada mediante a indicação de profissional com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância definidas para a contratação;

6.4.4.4.1 A comprovação de que o profissional responsável de nível superior, detentor das ART's e/ou RRT's, integrará o quadro da contratada durante a vigência contratual será realizada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Cópia da ficha de registro de empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quando empregado;
- b) Cópia do Contrato Social devidamente registrado, quando diretor ou sócio da contratada;
- c) Cópia do Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
- d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, em observância ao disposto no inciso III do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133/21.

6.4.4.4.2 A comprovação do vínculo entre o profissional e o licitante será apresentada, impreterivelmente, no prazo determinado para a assinatura do Termo de Contrato.

6.4.4.4.3 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/21, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6.4.4.5 As parcelas de maior relevância definidas para a contratação, a qual a licitante deverá demonstrar capacidade técnica operacional/técnico-profissional para execução de quantidades mínimas de:



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

- Obra e construção, reforma ou *retrofit* de prédio que inclua instalações elétricas, rede de dados e voz e rede de incêndio com no mínimo 03 pavimentos e/ou 1.500 m² de área;
- Obra de reforma de fachadas em altura superior a 9 (nove) metros, comprovante trabalho suspenso, através de andaime suspenso ou apoiado, alpinismo industrial ou afins de complexidade superior ou equivalente, com no mínimo 1.300 m² de área de projeção de fachada;

6.4.4.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

6.4.4.7 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

6.4.4.8 No caso de consórcio, a comprovação da qualificação técnica será realizada pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada.

6.4.4.9 Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da Comissão de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

6.4.4.10 Declaração do fornecedor, sob pena de inabilitação, atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

6.4.4.11 É assegurado o direito de realização de vistoria prévia, de acordo com a(s) data(s) e horário(s) para os eventuais interessados, agendadas pelo órgão licitante, isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar do certame.

6.4.4.12 O agendamento para a realização de vistoria técnica poderá ser feito com Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras da PGE-RJ pelos e-mails canicalid@pge.rj.gov.br,



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

coelho@pge.rj.gov.br ou patriciafrade@pge.rj.gov.br, enviado até 3 (três) dias úteis do início do período das propostas ou por meio do telefone (21) 2332-0881, em dias úteis nos horários de 10 às 16 hs.

6.5 Obrigações do CONTRATANTE e CONTRATADO:

6.5.1 Obrigações do CONTRATANTE:

6.5.1.1 Fornecer à CONTRATADA as plantas contendo as informações dos projetos.

6.5.1.2 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Projeto Básico.

6.5.1.3 Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato.

6.5.1.4 Exercer a fiscalização do contrato.

6.5.1.5 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no item 4.4.

6.5.2 Obrigações do CONTRATADO:

6.5.2.1 O CONTRATADO deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Projeto Básico (e seus anexos), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.5.2.2 Executar a obra de reforma em conformidade com as quantidades e especificações técnicas, no local e prazo especificados neste Projeto Básico.

6.5.2.3 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

6.5.2.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, parte do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

6.5.2.5 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos ou funcionários à CONTRATANTE ou terceiros.

6.5.2.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo, não implicando em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos.

6.5.2.7 Acatar as exigências da Fiscalização da PGE-RJ quanto à entrega, montagem e execução do objeto, principalmente no que diz respeito a horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados.

6.5.2.8 Responder por todos os ônus decorrentes do transporte de embalagem, seguros, taxas, fretes, descarregamento e demais encargos que venham incidir na entrega, montagem e instalação dos serviços contratados.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 Modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa

7.1.1 A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade concorrência, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global e o regime de execução será de Empreitada por Preço Unitário.

7.1.2 O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

7.2 Participação de empresas sob a forma de consórcio

7.2.1 Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

7.2.1.1 As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o órgão licitante pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo;

7.2.1.2 Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

7.2.1.3 O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da formalização da contratação, nos termos do compromisso firmado conforme item 7.2.1.1;

7.2.1.4 As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

7.3 Da subcontratação

7.3.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20 % (vinte por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

7.3.1.1 Requerimento prévio do CONTRATADO, com a explicitação de seus motivos e necessidade;

7.3.1.2 Comprovação pelo CONTRATADO da capacidade técnica do subcontratado; e

7.3.1.3 Justificativa e autorização pela autoridade competente, que deverá avaliar, também, a qualificação técnica do subcontratado.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

7.3.1.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.3.1.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.3.2 A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica, somente poderá ser efetuada com sociedades empresárias devidamente registradas no CREA/CAU, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

7.3.3 É vedada a subcontratação dos serviços considerados de maior relevância no objeto do contrato, com vistas à garantia da qualidade e redução dos riscos de inexecução;

7.4 Das hipóteses previstas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

7.4.1 Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e no Decreto n.º 42.063, de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

7.4.1.1 A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Gestão
Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

8. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTA

8.1 Prazo de validade da proposta

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

8.2 Condições da proposta

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.2.1 Valor total do serviço, no anexo da proposta de preço;

8.2.2 O licitante deverá enviar sua proposta de preço em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância entre estes, a indicação por extenso;

8.2.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico;

8.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4 Os licitantes serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da ausência desta.

8.5 Critérios de desempate

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

8.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

8.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.5.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.6.2 Empresas brasileiras;

8.6.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.6.5 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.6 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Gestão
Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O preço total estimado da contratação é de **R\$ R\$ 6.133.637,21** (seis milhões cento e trinta e três mil seiscientos e trinta e sete reais e vinte e um centavos).

9.2 Os serviços objeto deste projeto básico estão estimados com base nos preços dos catálogos EMOP, SCO e SINAPI e composições criadas com base em múltiplas consultas diretas ao mercado, com mês de referência AGOSTO/2024. O orçamento estimado encontra-se detalhado na planilha orçamentária anexa.

9.3 No valor total já estão incorporados o BDI. Desta forma, estão incluídos os impostos, os encargos sociais, a administração e o lucro, devendo assim ser considerado como preço máximo da licitação.

10. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Todas as opções de material de acabamento a serem utilizados deverão ser previamente aprovadas junto à fiscalização da obra.

10.2 É responsabilidade do contratado prover todos os materiais, equipamentos e serviços necessários à execução e entrega da obra em plenas condições de funcionamento.

10.3 Antes de apresentar a proposta, o licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. É importante a análise do projeto de arquitetura para as verificações necessárias a fim de permitir a execução da obra conforme projetado. É de responsabilidade do contratado realizar inspeção prévia dos locais de instalação, a fim de conferir in loco as medidas, eventuais diferenças de execução e condições de montagem, inclusive quanto à infraestrutura de rede elétrica.

10.4 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega, a instalação e o descarregamento;



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

10.5 Cabe à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

10.6 Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados referentes a prestação do presente objeto só serão considerados entregues devidamente protocolados, enviados por telegrama, carta, fax ou meio digital.

10.7 Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada no serviço em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos neste Projeto Básico, mas implícitos e necessários a perfeita e completa execução dos serviços contratados.

11. ANEXOS

Os seguintes documentos que fazem parte do Projeto Básico:

1. Modelo de Ordem de Início de Serviço
2. Projeto de Arquitetura
3. Projeto de Instalações Elétricas
4. Planilhas Orçamentárias (COM e SEM Desoneração)
5. Cronograma Físico-Financeiro (COM e SEM Desoneração)
6. Cálculo de BDI (COM e SEM Desoneração)

Responsáveis pela elaboração do Projeto Básico – Equipe de Planejamento:

Patricia Gullo Campos Frade – ID 4327645-8

Débora Alves Caniçali – ID 4359636-3

Fernanda Espechit Coelho – ID 5016469-4



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Gestão

Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras

ANEXO I – MODELO DE ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

PROCESSO:

CONTRATANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATADA:

Fica ajustado para o dia ____ de ____ de ____ o início do contrato nº ____/____ com término previsto para ____ de ____ de ____, cujo objeto é _____ para a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

Por ser expressão de mútua concordância, firmamos o presente.

Pela Contratante:

Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Nome do Representante

Cargo do Representante

Pela Contratada:

Nome da Contratada

Nome do Representante

Cargo do Representante